

ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

CP 03/DOP/24

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE EQUIPAMENTOS
MECÂNICOS PARA O RESIM**

CADERNO DE ENCARGOS

MARÇO 2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de serviços de Aluguer de Equipamentos Mecânicos para o RESIM.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Concorrente.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. O contrato inicia-se na data da sua outorga, mantendo-se em vigor pelo prazo de 1 ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. O contrato pode ser renovado por 2 vezes, por iguais períodos de tempo até um máximo de 3 anos, estando prevista a sua renovação caso não seja manifestada expressamente a intenção de não renovar pela Contraente Pública, com um prazo mínimo de antecedência de 30 dias.
3. A notificação a que alude o número anterior deverá ser efetuada por escrito, podendo ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Alugar equipamentos mecânicos, designadamente, compactador pé de carneiro, escavadora de rodas, dumper, camião com braço grua e zorra;
 - b) Transportar os equipamentos mecânicos necessários à prestação de serviços;
 - c) Fornecer combustível e outros consumíveis necessários ao bom funcionamento dos equipamentos mecânicos;
 - d) Afetar os manobreadores necessários à execução da prestação de serviços;
 - e) Afetar de recursos humanos e materiais (equipamentos mecânicos) para prevenção, em caso de incêndio;

-
- f) Prestar assistência técnica em caso de avaria dos equipamentos mecânicos, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros;
 - g) Proceder à limpeza manual da zona envolvente da célula de resíduos não perigosos (RNP).
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Prazo da prestação do serviço

O Cocontratante obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no Anexo I ao presente caderno de encargos, no prazo de duração do contrato, a contar da data da celebração do contrato.

Cláusula 6.^a

Dever de sigilo

- 1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
- 4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

-
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
 9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
 10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
 11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
 12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
 13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
 14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é
-

fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 8.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 9.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 10.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;

-
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 11.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a € 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil euros).
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1. O preço a que se refere o n.º 2 da cláusula anterior será remunerado mensalmente, em função das quantidades de trabalhos desenvolvidas a pedido da Contraente Pública (quantidade mensal de horas trabalhadas por máquina/homem).
2. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão da prestação dos serviços.

-
4. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
 5. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
 6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
 7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 13.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante à Contraente Pública devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Indicação do número da nota de encomenda;
 - b) Identificação do equipamento/atividade, n.º de horas trabalhadas e custo unitário.
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante devem conter, o definido no n.º 1 do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, informações constantes no Anexo II ao presente Caderno de Encargos.
4. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à Contraente Pública, às prestações mensais previstas na alínea a) do n.º 2 não acrescem quaisquer juros de mora.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os

pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.

5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Contraente Pública pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados nas cláusulas 2 e 3 das Especificações Técnicas do Anexo I, a Contraente Pública aplicará a sanção de €100,00 (cem euros) por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento da taxa de compactação dos resíduos, indicada na cláusula 3.2 das Especificações Técnicas do Anexo I, a Contraente Pública aplicará a sanção de €500,00 (quinhentos euros) por trimestre;
 - c) Pelo incumprimento dos prazos indicados nas cláusulas 4.1 e 4.2 das Especificações Técnicas do Anexo I, a Contraente Pública aplicará a sanção de €100,00 (cem euros) por cada hora de atraso;
 - d) Pelo incumprimento dos prazos legais definidos na Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro, e respetivas alterações, relativamente às obrigações do transportador e destinatário, a Contraente Pública aplicará a sanção de €50,00 (cinquenta euros) por cada dia de atraso.
 - e) Pelo incumprimento do prazo de entrega do registo dos consumos de combustível e outros consumíveis, fixado na cláusula 8ª das Especificações Técnicas do Anexo I, a Contraente Pública aplicará a sanção de €50,00 (Cinquenta euros) por cada dia de atraso;
 - f) Pelo incumprimento de qualquer cláusula do presente Caderno de Encargos, a

Contraente Pública aplicará uma sanção que poderá ir até um máximo de 150 €/dia (cento e cinquenta euros por dia).

3. Todos os danos sofridos, direta e indiretamente, pela Contraente Pública e/ou coimas e multas aplicadas à Contraente Pública, que resultem de atos ou omissões imputáveis ao Cocontratante, independentemente da sua natureza, serão da responsabilidade deste último e, consequentemente, ser-lhe-ão imputáveis, tendo a Contraente Pública direito de regresso sobre o Cocontratante de todos os montantes pagos.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Contraente Pública tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
6. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
7. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
8. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por

aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

Cláusula 18.^a

Resolução do contrato por parte da Contraente Pública

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

-
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 5 (cinco) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
 3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
 4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
 5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 20.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
 6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 19.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 20.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela Contraente Pública sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento
-

definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.

2. A resolução do contrato pela Contraente Pública não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (trinta) dias após o termo do prazo das obrigações de correção devidas pelo Cocontratante.

Cláusula 21.^a

Seguros

- I. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
 - a) Seguro de Responsabilidade Civil
 - i. O Cocontratante subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde esteja prevista a indemnização, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de caráter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à Contraente Pública em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
 - ii. Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a Contraente Pública será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
 - iii. O seguro de responsabilidade civil deve garantir a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de €5.000.000 (cinco milhões de euros), por sinistro e anuidade.
 - b) Seguro de Acidentes de Trabalho

-
- i. O Cocontratante ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal;
 - ii. O Cocontratante obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.
 2. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
 2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços
-

postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.^a

(Requisitos para aquisição de bens e serviços)

1. Os requisitos do Sistema de Sustentabilidade Empresarial (SSE) para aquisição de bens e serviços encontram-se disponíveis no website da Águas de Santo André, S.A., através do link http://www.adsa.pt/contents/documents/requisitos_sse.pdf, sendo a sua observância uma obrigação contratual do Cocontratante;
2. Encontra-se também disponível no website da **Águas de Santo André, S.A.**, através do link http://www.adsa.pt/contents/documents/g2sim01111_6905.pdf, o documento de enquadramento com os requisitos de acesso às instalações da **Águas de Santo André, S.A.**.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. ENQUADRAMENTO

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) é uma sociedade de capitais públicos, a quem foi atribuída a concessão da gestão e exploração exclusiva do Sistema de Abastecimento de Água, de Saneamento e de Resíduos Industriais de Santo André. Um dos sectores de atividade da AdSA é a Gestão de Resíduos Industriais.

O Sistema de Resíduos Industriais é constituído pelo RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André (Aterro de Santo André), que se situa a noroeste de Santiago do Cacém, sensivelmente a Sul de Vila Nova de Santo André, próximo da Zona Industrial e Ligeira de Sines (ZILS).

A área afeta ao RESIM é de, aproximadamente, 59 ha e é constituído por 4 zonas distintas, entre elas a zona de deposição de resíduos não perigosos (RNP), constituída por uma célula, dividida em 2 alvéolos, dotada de um sistema de impermeabilização da zona basal, taludes e banquetas, infraestrutura de proteção à contaminação de águas subterrâneas, sistemas de drenagem pluvial, de drenagem de fundo e captação de águas lixivantes e de desgaseificação.

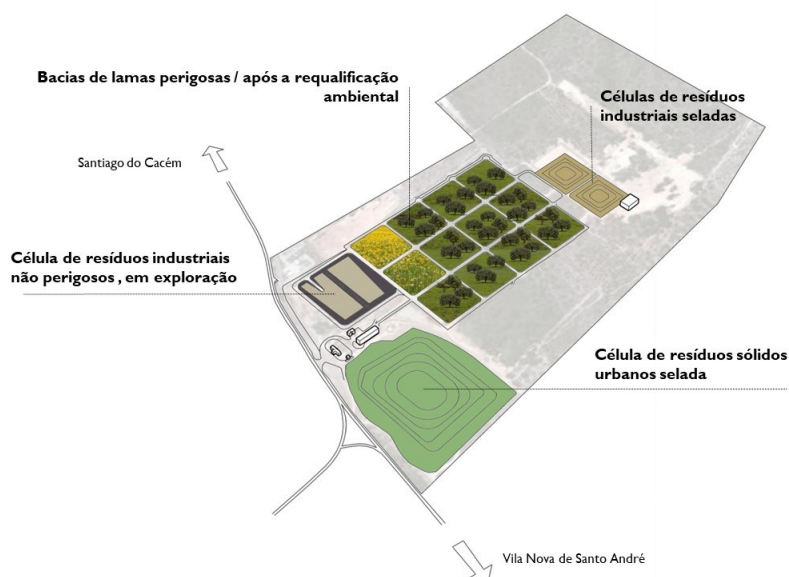


Figura I – Sistema de Resíduos Industriais

Para além da citada zona de deposição de resíduos, existem ainda 2 zonas distintas, a zona de infraestruturas de apoio ao funcionamento do RESIM, a zona de proteção, constituída pela vedação e cortina arbórea de todo o perímetro da área afeta à instalação, e uma rede piezométrica, constituída por 13 piezómetros, para monitorização das águas subterrâneas na envolvente do RESIM.

A AdSA reiniciou a sua atividade de receção de resíduos não perigosos em setembro de 2011.

A prestação de serviços desenvolver-se-á na célula de RNP em exploração.

2. ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços objeto do contrato serão essencialmente compostos por:

- a) Aluguer de equipamentos mecânicos, designadamente, compactador pé de carneiro, escavadora de rodas, dumper, camião com braço grua e zorra;
- b) Transporte dos equipamentos mecânicos necessários à prestação de serviços;
- c) Fornecimento de combustível e outros consumíveis necessários ao bom funcionamento dos equipamentos mecânicos;
- d) Afetação dos manobreadores necessários à execução da prestação de serviços;
- e) Afetação de recursos humanos e materiais (equipamentos mecânicos) para prevenção, em caso de incêndio;
- f) Assistência técnica em caso de avaria dos equipamentos mecânicos, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros;
- g) Limpeza manual da zona envolvente da célula de resíduos não perigosos (RNP).

3. ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 A execução dos serviços será efetuada em função das necessidades da AdSA, através de solicitação por escrito e com uma antecedência de 24 horas.

3.2 As atividades a realizar consistem em:

- a) Espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos já depositados na célula de RNP, com o objetivo da preparação da frente de trabalho para futuras descargas;
- b) A compactação dos resíduos tem que variar entre 0,6 ton/m³ (mínimo) e 0,9 ton/m³ (máximo), sendo confirmada através da realização trimestral de um levantamento

topográfico, da responsabilidade da AdSA;

- c) Carregamento e transporte de terras de cobertura de local a designar pela AdSA, localizado dentro da instalação, para a frente de trabalho;
 - d) Descarga dos resíduos de construção e demolição contendo amianto (RCDA), dos veículos de transporte para a célula designada para o efeito;
 - e) Limpeza manual de toda a zona envolvente da célula de RNP, a qual consiste na apanha dos materiais leves (plásticos, espumas, etc.), colocação dos mesmos em sacos plásticos e deposição dentro da célula de RNP.
- 3.3 A prestação de serviços decorre de segunda a sexta-feira, no horário das 08h30m às 12h30m e das 13h30m às 17h30m (8 h/dia).
- 3.4 Em caso de necessidade, poderá ser solicitado ao Cocontratante serviços adicionais fora dos dias e horário mencionados no número acima, devendo a AdSA, para o efeito, fazer a solicitação por escrito com uma antecedência de 24 horas.
- 3.5 Os serviços adicionais serão pagos com base no valor unitário apresentado pelo Cocontratante na sua proposta, acrescido de 30%.
- 3.6 Em caso de **incêndio**, é obrigação do Cocontratante o apoio no combate ao mesmo, através dos manobreadores e equipamentos mecânicos afetos à prestação de serviços. É ainda responsabilidade do Cocontratante a realização da prevenção, através de recursos humanos próprios, durante a fase de rescaldo, sendo a duração desta fase estabelecida pela AdSA.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS MECÂNICOS

- 4.1 Os equipamentos mecânicos a afetar obrigatoriamente e de modo permanente à prestação de serviços durante a vigência do contrato deverão ter as seguintes especificações técnicas:
- a) Compactador pé de carneiro:
 - Equipada com lâmina frontal
 - 60 dentes nas rodas dianteiras e 60 dentes nas rodas traseiras
 - Peso em operação de 28 toneladas
 - Potência de 200kW
 - b) Escavadora de rodas:
 - Capacidade da caçamba 0,6 - 1,43 m³
 - Peso em operação de 17 a 20 toneladas

-
- Potência de 126 kW

c) Dumper articulado:

- Capacidade de carga útil de 25 toneladas
- Volume da caçamba de 15m³
- Peso de 47 toneladas
- Potência de 235kW

d) Camião com braço grua:

- O braço grua tem que permitir que as operações de descarga dos resíduos de construção e demolição contendo amianto (RCDA), dos veículos de transporte para a célula em exploração, sejam executadas de forma a assegurar a completa integridade das embalagens, prevenindo a queda e fragmentação dos RCDA e garantindo assim que não são libertadas fibras de amianto para o ar ambiente

e) Zorra:

- Tem que ser compatível com os equipamentos mecânicos a transportar
- O preço associado ao aluguer da zorra para transporte dos equipamentos mecânicos deverá contemplar a sua deslocação entre o ponto de origem e o RESIM e entre o RESIM e o ponto de destino (ida e volta).

4.2 Em caso de avaria dos equipamentos mecânicos, é da responsabilidade do Cocontratante a assistência aos mesmos, num prazo máximo de 24 horas, após solicitação da AdSA.

4.3 Na impossibilidade da resolução da avaria no prazo de 24 horas, é obrigação do Cocontratante a substituição dos equipamentos avariados num prazo máximo de 48 horas.

5. DEVERES DA ADSA

5.1 Deve informar o Cocontratante sempre que ocorra uma alteração no processo de receção/descarga dos resíduos em aterro, a qual ponha em causa os trabalhos de espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos.

5.2 Deve solicitar ao Cocontratante, por escrito e com uma antecedência de 24 horas, a execução dos serviços, que será efetuada em função das necessidades da AdSA.

5.3 A AdSA deverá remunerar um número mínimo de horas de funcionamento mensal dos equipamentos mecânicos, conforme indicado no quadro seguinte:

Prestação de Serviços	Número Mínimo de Horas de Funcionamento (horas/mês) (serviço de disponibilidade)
Compactador pé de carneiro	20
Dumper articulado	20
Escavadora de rodas	40
Camião com braço grua	1

6. ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

- 6.1 O Cocontratante obriga-se a dispor de um responsável técnico pela prestação de serviços, o qual deverá garantir que as atividades são realizadas de acordo com o estipulado no presente caderno de encargos. Este técnico será, para os devidos efeitos, o representante para efeitos do relacionamento com a AdSA, relativamente ao desenvolvimento da Prestação de Serviços, devendo ter a afetação necessária ao cumprimento das suas funções e responsabilidades.
- 6.2 Após a assinatura do contrato, o Cocontratante informará, por escrito, o nome do responsável técnico, indicando a sua qualificação técnica e, ainda, se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico legal.
- 6.3 As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos trabalhos poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável técnico.
- 6.4 O responsável técnico deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local sempre que entenda conveniente ou que para tal seja convocado pela AdSA.
- 6.5 A AdSA poderá impor a substituição do responsável técnico, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
- 6.6 A AdSA pode proceder, em qualquer altura e local, à confirmação dos pesos de lamas transportadas, bem como às distâncias percorridas até ao destino adequado, não podendo o Cocontratante ou o transportador recusarem este controlo.

7. ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE

- 7.1 Compete ao Cocontratante o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na prestação de serviços, em conformidade com o previsto neste caderno de encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das

-
- tarefas a seu cargo, incluindo os aspetos relacionados com segurança e saúde.
- 7.2 O Cocontratante é responsável pelo equipamento mecânico destinado às operações de espalhamento, compactação e cobertura de resíduos, carregamento e transporte de terras e descarga dos resíduos de construção e demolição contendo amianto (RCDA), devendo prever os meios adequados de forma a cumprir os requisitos de qualidade exigidos pela AdSA.
- 7.3 Todos os meios necessários à execução da prestação de serviço, ao controlo e registo de dados técnicos da prestação de serviços, bem como meios de transporte, informáticos e outros são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.
- 7.4 A mobilização de todos os meios humanos constantes da sua proposta e necessários à prestação dos serviços a cargo do Cocontratante é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
- 7.5 A constituição da equipa de pessoal do Cocontratante deverá ser adequada às características da prestação de serviços. Todos os elementos da equipa deverão ter habilitação e experiência adequados às funções a desempenhar, pelo que os manobreadores afetos à prestação de serviços terão de possuir as qualificações exigidas pela legislação em vigor, para operarem os equipamentos mecânicos.
- 7.6 É da inteira responsabilidade do Cocontratante as obrigações relativas ao pessoal empregue na execução dos trabalhos, a sua aptidão profissional e a sua disciplina, nomeadamente as obrigações perante a segurança social.
- 7.7 O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregue sendo de sua conta os encargos que daí resultem, nomeadamente quanto aos seguros contra acidentes de trabalho.
- 7.8 Não obstante do referido na cláusula anterior, o Cocontratante deverá igualmente reger-se segundo procedimentos e regras específicas de higiene, segurança e saúde no trabalho da AdSA, nomeadamente, cumprindo as regras e requisitos do Sistema de Sustentabilidade Empresarial da AdSA (cláusula 27.^a do presente caderno de Encargos). Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual deverá obedecer às normas em vigor sobre esta matéria.
- 7.9 Para o início da prestação de serviços, será solicitado ao Cocontratante o preenchimento do impresso “Gestão de Entradas” (GE) de acordo com o Anexo IV do Programa do Procedimento, acompanhada de todos os documentos neste exigidos.
- 7.10 As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Cocontratante e seus consultores serão da conta do Cocontratante.
- 7.11 Se a AdSA verificar que os meios, quer materiais, quer humanos, utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos de sua
-

atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo o reforço da equipa ou a aquisição/modificação/substituição de meios materiais, sem aumento do valor contratado.

- 7.12 A AdSA reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes desta, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na prestação de serviços, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Cocontratante o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.
- 7.13 Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são atribuídas.

8. DOCUMENTOS A ENTREGAR PELO COCONTRATANTE

- 8.1 Constitui, obrigação do Cocontratante a entrega do registo dos consumos de combustível e outros consumíveis, com uma periodicidade mensal, a entregar até ao 5º dia útil do mês seguinte a que respeita.

ANEXO II

FATURAÇÃO ELETRÓNICA

De acordo com o DL n.º 123/2018, de 28/12, respetiva revisão no Decreto-Lei 14-A/2020, de 7/4, Decreto-Lei 104/2021, de 27/11, Decreto-Lei 42/2022, de 30/6 e Decreto-Lei 54/2023, de 14/7, as empresas são obrigadas a enviar documentos em formato eletrónico (EDI) para as entidades da administração pública, no âmbito dos contratos públicos, nas seguintes datas:

- **Grandes empresas: a partir de 1 janeiro de 2021.**
 - **Grande** empresa - emprega mais de 250 pessoas ou tem volume de negócios anual superior a 50 milhões de euros ou balanço total anual superior a 43 milhões de euros.
- **Pequenas e Médias empresas: a partir de 1 janeiro de 2024.**
 - **Pequena** empresa – emprega menos de 50 pessoas e tem volume de negócios anual ou balanço total anual igual ou inferior a 10 milhões de euros;
 - **Média** empresa - emprega menos de 250 pessoas e tem volume de negócios anual igual ou inferior a 50 milhões de euros ou balanço total anual igual ou inferior a 43 milhões de euros;
- **Micro Empresas e entidades públicas Cocontratantes: A partir de 1 de janeiro de 2024.**
 - **Microempresa** - emprega menos de 10 pessoas e tem volume de negócios anual ou balanço total anual igual ou inferior a 2 milhões de euros.

A nossa entidade aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

Para iniciar o processo de onboarding à solução FEAP, deverá efetuar os seguintes procedimentos:

- 1 - Consultar a informação sobre a fatura eletrónica
<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab5>
- 2 - Consultar a informação específica do processo de *onboarding* dos fornecedores
<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>
- 3 - Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5